

economia - Brasil Aval e Autonomia

Qualquer brasileiro com mais de 40 anos sabe como foi difícil e doloroso pôr a economia no trilho. Das medidas saneadoras de Bulhões e Campos nos idos de 1964 até o Plano Real em 1994, o país alternou altos e baixos, mergulhado num histórico de crises. Assistiu a várias moedas se esfari-nharem, e teve motivo para acreditar que a inflação era doença incurável. A esperança ficou por um fio. Depois de décadas perdidas e muito sacrifício, obteve-se enfim a almejada estabilidade. A nova moeda, o real, exibiu força ao resistir aos cataclismos que abalaram o México, o Sudeste Asiático e a Rússia. Hoje, ninguém questiona a solidez dos fundamentos da economia brasileira. Como ressaltou o presidente Fernando Henrique Cardoso ao receber o prefeito eleito do Rio, César Maia, o Estado e as finanças públicas se organizaram e ganharam racionalidade, graças às reformas estruturais. A estabilidade, enfim, foi garantida.

A preocupação, agora, é de outra ordem. Teme-se exatamente o risco de descontinuidade que venha a solapar o que foi arduamente conquistado. Nos meios financeiros, as conversas sobre o futuro do Brasil giram em torno desse tema. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga – mais até que o presidente Fernando Henrique –, são apontados como principais avalistas da ordem econômica. Porém, Malan e Fraga não são eternos. Não se pode imaginar que vão permanecer para sempre nos seus cargos.

É preciso dar prosseguimento às políticas que sustentam a estabilidade. Deve-se garantir condições para isso, independentemente de quem venha governar o país. Fique claro para todos, no Brasil e no exterior, que não haverá desmonte nas bases da economia. Isso vale para Luis Inácio Lula da Silva que, após as recentes vitórias municipais do PT, é apontado como favorito. E também para Itamar Franco, cuja candidatura é quase oficial. Espera-se de Itamar que, caso eleito, repita sua passagem pela presidência, quando assinou os decretos que lançaram o Plano Real. A experiência mostrou ao governador de Minas que bravatas – como a moratória estadual – não levam a nada, a não ser ao descrédito internacional. Itamar Franco, certamente, aprendeu a lição.

Candidatos à presidência da República – quaisquer que sejam – deveriam incluir em sua agenda dois pontos fundamentais. Na vertente do Poder Legislativo, a receita está dada há muito tempo. É imperativo assumir compromisso com a reforma política, sem a qual o país não conseguirá renovar e aprimorar seus homens públicos. Há que abandonar a estrutura viciada do passado, com limites à proliferação de partidos e candidatos. Questões como cláusula de barreira, voto obrigatório, voto distrital e lista partidária são estratégicas, sem esquecer o financiamento público de campanha – a única forma de coibir desvios e a prática de caixa 2 nas campanhas eleitorais.

No mesmo plano da reforma política, situa-se a garantia da racionalidade macroeconômica. Para não ficar em promessas, existe um mecanismo que torna real esse compromisso: a independência do Banco Central. Na Inglaterra, por exemplo, o primeiro-ministro Tony Blair deu autonomia ao Banco Central assim que assumiu o cargo. Blair fez o que o Partido Conservador não teve a coragem de fazer em 16 anos de poder. E tomou a decisão histórica exatamente para provar que o Novo Trabalhismo não iria embarcar em aventuras ou endossar propostas radicais. O mercado entendeu o recado e recebeu o gabinete trabalhista sem maior sobressalto.

A autonomia do Banco Central nos Estados Unidos faz parte das instituições nacionais. Quem dá as cartas na economia americana é o Federal Reserve, que muitas vezes bate de frente com a política recomendada pela Secretaria do Tesouro. Alan Greenspan, o atual presidente do Federal Reserve, é um dos homens mais poderosos do país. Suas declarações e as decisões do banco sobre as taxas de juros têm peso suficientes para derrubar bolsas nos EUA e desestabilizar a economia mundial. Greenspan não foge à responsabilidade. No atual *imbroglio* eleitoral que envolve a sucessão de Bill Clinton, a posição firme do Federal Reserve contribuiu para manter a serenidade do mercado financeiro. Os desatinos da política são estanques e não contaminam a economia americana, garantiu o banco central. Todo o mundo ouviu e acreditou.

É praticamente impossível administrar um país onde a economia costuma ficar ao sabor do futebol político. A Argentina, por exemplo, está aguardando há uma semana a decisão dos governadores do Partido Justicialista (peronista) sobre o pacote de ajuste fiscal e a reforma da previdência. Nunca se viu tanta boa vontade do FMI – que promete crédito de emergência de até US\$ 20 bilhões –, mas tudo depende do apoio da oposição às medidas do presidente Fernando de la Rúa. Insensíveis à dimensão da crise e ao crescente empobrecimento da população, os políticos usam a hora para fazer demagogia. Até porque não sabem fazer outra coisa.

O Brasil já venceu a etapa das reformas estruturais. E a maioria da classe política parece, a esta altura, convencida de que a estabilidade econômica é conquista acima das paixões partidárias. Prova disso foi a decisão da prefeita eleita de São Paulo, Marta Suplicy, de convidar para secretário da Fazenda o economista João Sayad. Sócio de um banco de investimentos, Sayad foi um dos responsáveis pela implantação do Plano Cruzado no governo José Sarney. Sua escolha é, sem dúvida, sinal de maturidade do PT.

Ao optar pelo regime de competência, o PT só tem a ganhar. Da mesma forma, sairá ganhando o país quando for aprovada a independência do Banco Central. Abrir mão de quadros do naipe de Armínio Fraga pode satisfazer apetites políticos. Mas é um tiro certo na estabilidade.